

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	52
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.687.300.000
Preferenciais	0
Total	1.687.300.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	4.427.093	4.369.242	4.261.243
1.01	Ativo Circulante	877.212	822.036	828.720
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	432.979	398.641	438.542
1.01.03	Contas a Receber	45.815	40.003	51.972
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.080	4.061	3
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	393.338	379.331	338.203
1.01.08.03	Outros	393.338	379.331	338.203
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	5.026	4.487	3.587
1.01.08.03.03	Partes Relacionadas	201	162	0
1.01.08.03.04	Ativo de Contrato de Concessão	352.007	338.769	306.004
1.01.08.03.05	Depósitos Vinculados	24.528	24.514	18.988
1.01.08.03.07	Sobressalentes	11.576	11.399	9.624
1.02	Ativo Não Circulante	3.549.881	3.547.206	3.432.523
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.549.597	3.546.796	3.432.021
1.02.01.04	Contas a Receber	186.000	163.465	403
1.02.01.04.01	Clientes	0	827	403
1.02.01.04.03	Conta Escrow	186.000	162.638	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.363.597	3.383.331	3.431.618
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	2.829	2.628	2.473
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	525	1.394	1.472
1.02.01.10.05	Depósitos Vinculados	47.072	42.161	38.526
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato de Concessão	3.313.171	3.337.148	3.389.147
1.02.03	Imobilizado	221	278	311
1.02.04	Intangível	63	132	191

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	4.427.093	4.369.242	4.261.243
2.01	Passivo Circulante	236.638	195.915	166.665
2.01.02	Fornecedores	27.907	24.922	17.044
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.346	15.359	18.699
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.346	15.359	18.699
2.01.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	5.689	3.973	2.833
2.01.03.01.03	Tributos a Recolher	3.773	3.883	9.863
2.01.03.01.04	Encargos Setoriais	5.884	7.503	6.003
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	149.351	120.516	82.059
2.01.04.02	Debêntures	149.351	120.516	82.059
2.01.05	Outras Obrigações	44.034	35.118	47.174
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.401	5.928	6.541
2.01.05.02	Outros	37.633	29.190	40.633
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	37.633	29.190	40.633
2.01.06	Provisões	0	0	1.689
2.02	Passivo Não Circulante	2.252.589	2.297.493	2.230.118
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.031.329	1.122.855	1.209.758
2.02.01.02	Debêntures	1.031.329	1.122.855	1.209.758
2.02.02	Outras Obrigações	588.626	585.641	450.650
2.02.02.02	Outros	588.626	585.641	450.650
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	20.377	38.845
2.02.02.02.05	Parcela de Ajuste	588.626	565.264	411.805
2.02.03	Tributos Diferidos	619.622	577.708	560.757
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	619.622	577.708	560.757
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contruição Social Diferidos	315.444	267.858	249.561
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	304.178	309.850	311.196
2.02.04	Provisões	13.012	11.289	8.953
2.03	Patrimônio Líquido	1.937.866	1.875.834	1.864.460

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.01	Capital Social Realizado	1.687.300	1.687.300	1.687.300
2.03.04	Reservas de Lucros	250.566	188.534	177.160
2.03.04.01	Reserva Legal	73.681	64.589	57.390
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	72.897	42.168	58.019
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	103.988	81.777	61.751

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	358.976	337.243	405.765
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-28.617	-23.781	-21.593
3.03	Resultado Bruto	330.359	313.462	384.172
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.549	-32.842	-26.129
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.251	-36.388	-28.422
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.702	3.546	2.293
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	302.810	280.620	358.043
3.06	Resultado Financeiro	-59.776	-91.599	-96.072
3.06.01	Receitas Financeiras	68.093	48.614	46.858
3.06.02	Despesas Financeiras	-127.869	-140.213	-142.930
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	243.034	189.021	261.971
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-61.200	-45.035	-59.701
3.08.01	Corrente	-13.614	-26.737	-62.047
3.08.02	Diferido	-47.586	-18.298	2.346
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	181.834	143.986	202.270
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	181.834	143.986	202.270
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,108	0,085	0,12

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	181.834	143.986	202.270
4.03	Resultado Abrangente do Período	181.834	143.986	202.270

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	261.366	383.229	487.305
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.360	22.829	41.404
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	243.034	189.021	261.971
6.01.01.02	Remuneração do Ativo de Contrato de Concessão	-345.532	-347.330	-344.118
6.01.01.03	Juros sobre Debêntures	117.721	130.647	133.275
6.01.01.04	Amortização do custo de transação	4.280	4.280	4.325
6.01.01.06	Rendimentos sobre Depósitos Vinculados	-8.425	-5.973	-6.723
6.01.01.07	Provisão, reversão e atualização de Contingências	1.723	3.217	1.781
6.01.01.08	PIS e COFINS Diferidos	-3.957	-206	2.889
6.01.01.09	Depreciação e amortização	85	87	191
6.01.01.10	Baixa de sobressalentes	0	0	40
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.431	7.835	7.269
6.01.01.12	Provisão de por indisponibilidade	0	-4.955	-19.496
6.01.01.13	Impacto RTP	0	46.206	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	321.692	458.036	574.016
6.01.02.01	Contas a Receber	-9.416	8.665	4.549
6.01.02.02	Partes Relacionadas	434	-775	2.737
6.01.02.04	Tributos a recuperar	-1.220	-4.213	1.355
6.01.02.05	Ativo de Contrato de concessão	356.271	320.358	286.266
6.01.02.06	Fornecedores	-17.393	-10.590	-748
6.01.02.07	Tributos a Recolher	-4.652	-4.949	-7.702
6.01.02.08	Provisões	0	-2.570	-4.567
6.01.02.09	Encargos Setoriais	-1.618	1.500	1.851
6.01.02.10	Outros Ativos e Passivos	-537	-1.074	149
6.01.02.11	Parcela de ajuste	0	153.459	291.985
6.01.02.12	Sobressalentes	-177	-1.775	-1.859
6.01.03	Outros	-73.686	-97.636	-128.115
6.01.03.01	Juros Pagos	-65.483	-69.946	-72.888

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.03.02	Depósitos Vinculados a Litígios	869	78	43
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuições social pagos	-9.072	-27.768	-55.270
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	40	179	378
6.02.01	Aquisição de Intangível	40	179	378
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-227.068	-423.309	-258.577
6.03.01	Amortização de debêntures	-119.209	-113.427	-105.248
6.03.04	Depósitos Vinculados a Empréstimos e Debêntures	3.499	-3.188	11.109
6.03.05	Dividendos Pagos	-111.358	-144.056	-164.438
6.03.06	Conta Escrow	0	-162.638	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	34.338	-39.901	229.106
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	398.641	438.542	209.436
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	432.979	398.641	438.542

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	188.534	0	0	1.875.834
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	188.534	0	0	1.875.834
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-42.168	0	0	-42.168
5.04.06	Dividendos	0	0	-42.168	0	0	-42.168
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	141.833	0	141.833
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	181.834	0	181.834
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-40.001	0	-40.001
5.05.02.06	Dividendos Intercalares pagos	0	0	0	-40.001	0	-40.001
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	104.200	-141.833	0	-37.633
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	31.303	-31.303	0	0
5.06.04	Dividendos Mínimos obrigatórios	0	0	0	-37.633	0	-37.633
5.06.05	Dividendos adicionais propostos	0	0	72.897	-72.897	0	0
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	250.566	0	0	1.937.866

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	177.160	0	0	1.864.460
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	177.160	0	0	1.864.460
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-58.019	-45.403	0	-103.422
5.04.06	Dividendos	0	0	-58.019	0	0	-58.019
5.04.08	Distribuição de dividendos intercalares	0	0	0	-45.403	0	-45.403
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	143.986	0	143.986
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	143.986	0	143.986
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	69.393	-98.583	0	-29.190
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	27.225	-27.225	0	0
5.06.05	Dividendos adicionais propostos	0	0	42.168	-42.168	0	0
5.06.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-29.190	0	-29.190
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	188.534	0	0	1.875.834

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.687.300	0	158.175	0	0	1.845.475
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.687.300	0	158.175	0	0	1.845.475
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-78.774	-63.878	0	-142.652
5.04.06	Dividendos	0	0	-65.364	0	0	-65.364
5.04.08	Distribuição de dividendos intercalares	0	0	0	-63.878	0	-63.878
5.04.09	Distribuição de Reservas	0	0	-13.410	0	0	-13.410
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	202.270	0	202.270
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	202.270	0	202.270
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	97.759	-138.392	0	-40.633
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	39.740	-39.740	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	58.019	-58.019	0	0
5.06.05	Distribuição de Dividendos	0	0	0	-40.633	0	-40.633
5.07	Saldos Finais	1.687.300	0	177.160	0	0	1.864.460

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	414.413	395.398	452.423
7.01.02	Outras Receitas	414.413	395.398	452.423
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-34.418	-36.008	-28.962
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.418	-36.008	-28.962
7.03	Valor Adicionado Bruto	379.995	359.390	423.461
7.04	Retenções	85	87	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	85	87	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	380.080	359.477	423.461
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	68.093	48.614	46.858
7.06.02	Receitas Financeiras	68.093	48.614	46.858
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	448.173	408.091	470.319
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	448.173	408.091	470.319
7.08.01	Pessoal	22.623	23.954	21.424
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	115.847	99.938	103.695
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	127.869	140.213	142.930
7.08.03.01	Juros	122.001	134.927	137.600
7.08.03.03	Outras	5.868	5.286	5.330
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	181.834	143.986	202.270
7.08.04.02	Dividendos	77.634	74.593	104.511
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	104.200	69.393	97.759

Mensagem da Administração

Resultados 2025

Dando continuidade ao nosso compromisso com a excelência, em 2025, seguimos com grandes realizações e entrega de resultados consistentes. Mantivemos nossa resiliência e disciplina na operação e manutenção das instalações, bem como nas atividades financeiras e de engenharia com níveis adequados de desempenho e foco nas melhores práticas, visando principalmente a preservação da saúde e segurança de nossos colaboradores.

Seguimos firmes e dedicados com a segurança, um pilar indissociável da eficiência operacional e que sustenta todas as operações da Companhia. Seguimos também avançando na construção de uma organização responsável, onde o rigor técnico e a mitigação de riscos sustentam cada entrega, assegurando qualidade em nossas operações, reforçando nossa posição de confiabilidade e integridade no setor elétrico.

Também celebramos mais um ano com o elevado índice de disponibilidade da linha de transmissão alcançando o patamar de 99,99% já considerando as atividades preventivas realizadas com o desligamento programado das linhas, fundamentais para assegurar a confiabilidade do sistema sem incidência de penalidades (PVI), reafirmando assim nosso compromisso e consistência com a eficiência operacional e gestão do ativo.

A dívida líquida manteve-se em linha comparado ao ano anterior. Ao expurgarmos o efeito do caixa extraordinário, o indicador Dívida Líquida/EBITDA finalizou o exercício em 3,6x, uma redução de 0,5 p.p em relação ao registrado em 2024.

Reforçamos cada vez mais nosso compromisso com os acionistas, alinhamos excelência operacional e eficiência financeira e viabilizamos a distribuição de R\$ 111,4 milhões em dividendos em 2025, mantendo assim um histórico consistente de geração de valor.

Para 2026 será proposto em assembleia um total de R\$ 109,7 milhões de distribuição, sendo R\$ 37,4 milhões em dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 72,3 milhões de dividendos adicionais, destinando 100% do resultado do exercício, demonstrando assim uma forte capacidade de geração de caixa e retorno aos nossos acionistas.

Seguiremos firmes em nossa jornada de crescimento sustentável, comprometidos com a geração de valor no setor de transmissão de energia no Brasil. Com foco em segurança, eficiência e inovação, continuaremos investindo para fortalecer a infraestrutura elétrica do país, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a melhoria da qualidade de vida de todos.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, bem como aos nossos stakeholders pela confiança e parceria, que são essenciais para o aprimoramento contínuo e o sucesso da Companhia.

A Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

Destaques



Lucro Líquido de R\$ 181,8 milhões, crescimento de **+26,3%** frente ao exercício de 2024.



Dívida líquida de R\$ 694,4 milhões (-13,3% vs 2024).



EBITDA de R\$ 302,9 milhões (+7,9% vs 2024)



Resultado Financeiro de R\$ (59,8) milhões, redução de **34,7%** frente ao exercício de 2024.



Pagamento de dividendos de R\$ 111,4 milhões demonstrando forte geração de caixa na companhia.



Desempenho operacional de 99,99%, manutenção da excelência operacional

Indicadores Financeiros - IFRS

(em milhares de reais)	2025	2024	Variação
Receita operacional líquida	358.976	337.243	6,4%
Custos e despesas operacionais	(59.868)	(60.169)	(0,5%)
EBITDA – CVM n° 527 (*)	302.895	280.707	7,9%
EBITDA Ajustado (**)	306.817	328.491	(6,6%)
Margem EBITDA	84,4%	83,2%	1.1 p.p
Margem EBITDA AJUSTADO	85,5%	85,7%	(0.2) p.p
Resultado Financeiro	(59.776)	(91.599)	(34,7%)
Lucro líquido	181.834	143.986	26,3%
Dívida Bruta	1.199.020	1.265.990	(5,3%)
Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	504.579	465.316	8,4%
Dívida Líquida (***)	694.441	800.674	(13,3%)
Dívida Líquida/EBITDA	2,3	2,9	(19,6%)
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO	2,3	2,4	(7,1%)

(*) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM n° 527 e EBITDA ajustado desconsiderando os impactos dos Itens não recorrentes.

(**) **Itens não recorrentes** são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no exercício. Algumas despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia. Extraordinariamente para 2024, foi expurgado o efeito da Revisão Tarifária Periódica (RTP) no fluxo do ativo de contrato.

(***) Dívida líquida: A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras e depósitos vinculados. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

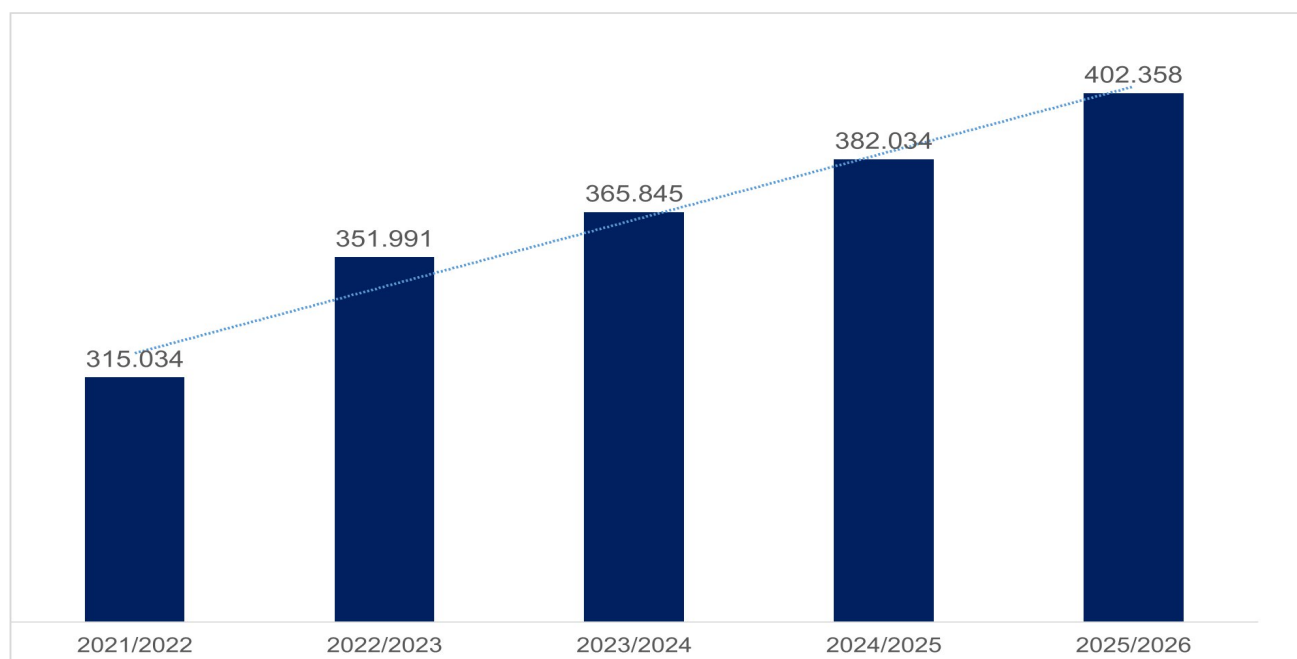
Sobre a Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A Norte Brasil S.A. ("NBTE") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 007/2008 – ANEEL de 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão de corrente contínua, na tensão de ± 600 kV, com extensão de 2.411 km, tendo origem na subestação Coletora Porto Velho, localizada no estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, localizada no estado de São Paulo. A linha de transmissão atravessa 85 municípios em 5 estados: Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, sendo uma das maiores linhas do mundo.

A Evoltz Participações S.A., sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board, detém o controle da Companhia. Abaixo o resumo da concessão:

Receita Anual Permitida

Nome	Extensão (KM)	Linha de Transmissão	RAP Ciclo 25-26 (R\$ milhões)	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
NBTE	2.411 Km	LT CC 600kV Porto Velho / Araraquara	402.358	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

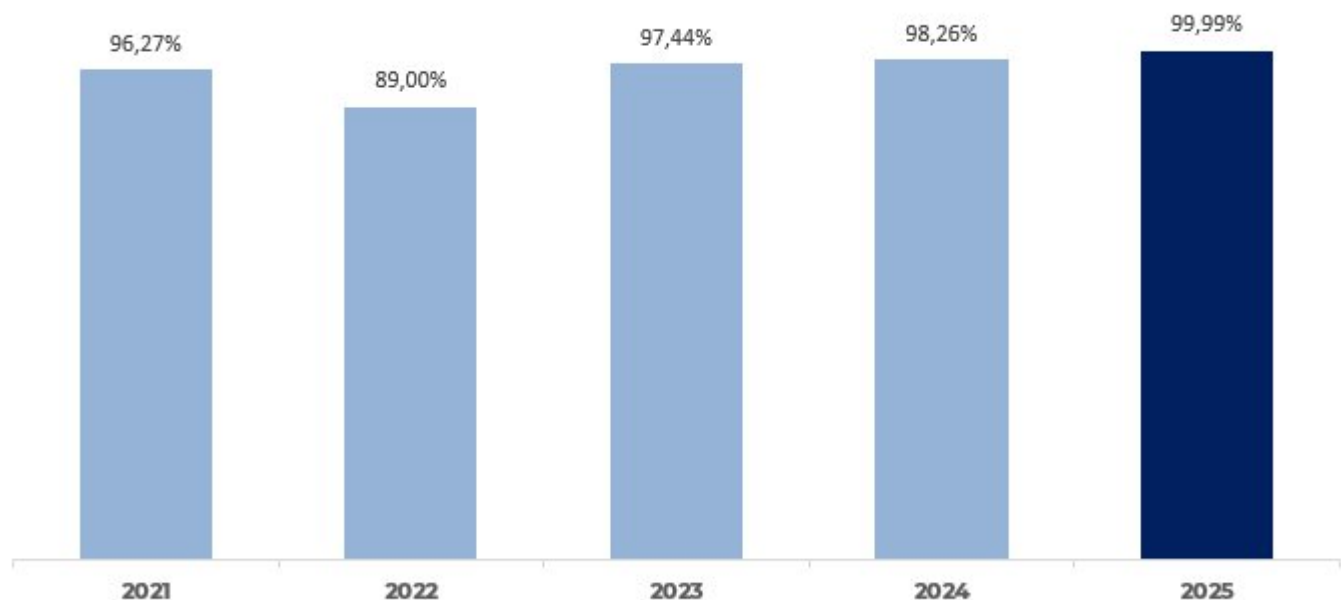
Evolução da RAP nos últimos ciclos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

Desempenho operacional

Índice de disponibilidade

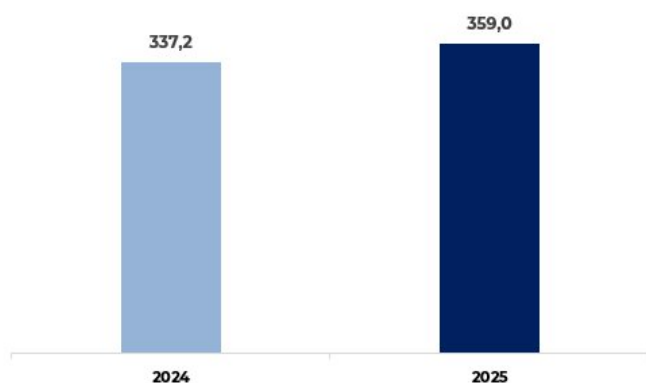


A Norte Brasil Transmissora evidencia competência técnica e alto desempenho na manutenção da disponibilidade de seus ativos, o que reforça sua eficiência operacional. A Companhia encerrou o exercício de 2025 com uma disponibilidade acumulada de 99,99%, apresentando média superior ao SIN e aos limites estabelecidos pela ANEEL.

Desempenho econômico-financeiro - IFRS

Receita Operacional Líquida

A **Receita Operacional Líquida** encerrou o exercício de 2025 com o total de **R\$ 359,0 milhões** sendo um aumento de **R\$ 21,7 milhões** comparado ao exercício de 2024. Esse aumento refere-se basicamente a atualização da RAP em 5,32% para o ciclo 2025/2026.



Custos e Despesas operacionais

Custos e despesas operacionais	2025	2024	Variação
Pessoal	(25.389)	(23.954)	6,0%
Serviços de terceiros	(20.904)	(21.178)	(1,3%)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(6.621)	(7.976)	(17,0%)
Outros	(6.954)	(7.061)	(1,5%)
Total	(59.868)	(60.169)	(0,5%)

Os custos e despesas operacionais encerraram o exercício de 2025 no montante total de **R\$ 59,9 milhões**, se mantendo em linha comparado ao exercício de 2024. Podemos destacar a diminuição de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa extraordinária sobre AVC's recebidos de multas contratuais de clientes sem garantia em 2025.

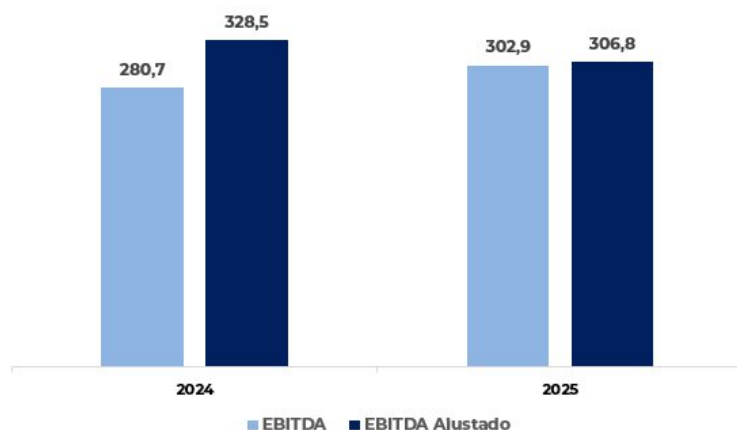
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

EBITDA

O **EBITDA** foi de **R\$ 302,9 milhões** no exercício de 2025, representando um aumento de **7,9%** em relação ao exercício de 2024, explicado principalmente pela atualização da RAP para o ciclo 2025/2026. Adicionalmente, em 2024 ocorreu o reajuste do ciclo tarifário (IPCA) na revisão do fluxo do ativo contrato em razão da RTP o qual impactou negativamente o exercício em R\$ 46,2 milhões, compensado basicamente pela diferença entre a amortização e o recebimento no exercício.

O **EBITDA Ajustado** é impactado principalmente pelas atualizações das contingências da Companhia. Extraordinariamente para 2024 fora expurgando o efeito negativo supracitado do fluxo de ativo de contrato.



Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2025	2024	Varição
Receita sobre aplicação financeira	59.201	42.423	39,5%
Juros sobre debêntures	(117.721)	(130.647)	(9,9%)
Custo de transação	(4.280)	(4.280)	0,0%
Outras receitas e despesas financeiras, líquidas	3.024	905	234,1%
Total	(59.776)	(91.599)	(34,7%)

Endividamento

No exercício de 2025 a dívida bruta encerrou no montante de **R\$ 1,2 bilhão**, e desta forma uma redução de **R\$ 67,0 milhões** em relação ao exercício de 2024. Tal redução se refere principalmente as amortizações realizadas no exercício, no montante total de **R\$ 184,7 milhões**.

A dívida líquida atingiu **R\$ 694,4 milhões**, com o indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA alcançando 2,3x, uma redução de 0,6 p.p. Ao expurgarmos o efeito pelo caixa obtido em detrimento ao cumprimento a uma decisão judicial, o indicador de alavancagem fica 3,6x, configurando-se em uma redução de 0,5 p.p em relação ao registrado no exercício de 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norte Brasil

Governança corporativa

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa.

Diretoria Executiva é formada por três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, que acumula a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e Manutenção, eleitos para cumprir mandato unificado de dois anos, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

O Conselho de Administração (“CA”) é formado por três membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções.

A Companhia também possui mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e atos ilícitos, por meio de políticas e ações, como políticas de Compliance, Anticorrupção e Prevenção a fraudes, Canal de denúncias e Código de conduta e Ética Profissional.

Notas Explicativas



norte brasil
transmissora de energia s.a.
grupo evoltz

Demonstrações Financeiras de 2025

Notas Explicativas

norte brasil

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1.	Contexto operacional.....	11
2.	Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais.....	11
3.	Uso de estimativas e julgamentos	16
4.	Caixa e equivalentes de caixa	18
5.	Contas a receber.....	18
6.	Partes relacionadas	19
7.	Tributos.....	19
8.	Ativo de contrato de concessão	20
9.	Depósitos vinculados.....	21
10.	Fornecedores.....	22
11.	Debêntures.....	23
12.	Provisões	25
13.	PIS e COFINS diferidos	27
14.	Imposto de renda e contribuição social.....	27
15.	Parcela de ajuste	28
16.	Patrimônio líquido	29
17.	Receita líquida	30
18.	Custos e Despesas operacionais.....	31
19.	Resultado financeiro	31
20.	Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	31
21.	Aspectos ambientais.....	34
22.	Seguros.....	35

Notas Explicativas

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	432.979	398.641
Depósitos vinculados	9	24.528	24.514
Contas a receber	5	45.815	40.003
Tributos a recuperar	7	5.080	4.061
Ativo de contrato de concessão	8	352.007	338.769
Sobressalentes		11.576	11.399
Partes relacionadas	6	201	162
Outros ativos		5.026	4.487
		877.212	822.036
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a Receber	5	-	827
Conta Escrow	15.1	186.000	162.638
Depósitos vinculados	9	47.072	42.161
Depósitos judiciais		525	1.394
Tributos a recuperar	7	2.829	2.628
Ativo de contrato de concessão	8	3.313.171	3.337.148
Imobilizado		221	278
Intangível		63	132
		3.549.881	3.547.206
Total do ativo		4.427.093	4.369.242
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	27.907	24.922
Debêntures	11	149.351	120.516
Tributos a recolher	7	3.773	3.883
Dividendos a pagar	16.3	37.633	29.190
Partes relacionadas	6	6.401	5.928
Encargos setoriais		5.884	7.503
PIS e COFINS diferidos	13	5.689	3.973
		236.638	195.915
Não circulante			
Fornecedores	10	-	20.377
Debêntures	11	1.031.329	1.122.855
Provisões	12	13.012	11.289
PIS e COFINS diferidos	13	304.178	309.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	315.444	267.858
Parcela de ajuste	15	588.626	565.264
		2.252.589	2.297.493
Patrimônio líquido			
Capital social	16	1.687.300	1.687.300
Reserva legal		73.681	64.589
Reserva de incentivos fiscais		103.988	81.777
Reserva de lucros		72.897	42.168
		1.937.866	1.875.834
Total do passivo e patrimônio líquido		4.427.093	4.369.242

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	17	358.976	337.243
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		345.532	347.330
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		13.444	(10.087)
Custos de serviços prestados	18	(28.617)	(23.781)
Lucro bruto		330.359	313.462
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(31.251)	(36.388)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.702	3.546
		(27.549)	(32.842)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		302.810	280.620
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	68.093	48.614
Despesas financeiras	19	(127.869)	(140.213)
		(59.776)	(91.599)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		243.034	189.021
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(13.614)	(26.737)
Diferidos	14	(47.586)	(18.298)
		(61.200)	(45.035)
Lucro líquido do exercício		181.834	143.986
Resultado básico e diluído por ação		0,108	0,085

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	181.834	143.986
Outros componetes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	181.834	143.986

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total Patrimônio líquido
			Dividendos adicionais propostos	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais		
Em 31 de Dezembro de 2023		1.687.300	58.019	57.390	61.751	-	1.864.460
Dividendos adicionais aprovados		-	(58.019)	-	-	-	(58.019)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	143.986	143.986
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	(45.403)	(45.403)
Destinação do resultado do exercício							
Consituição de reservas		-	-	7.199	20.026	(27.225)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	(29.190)	(29.190)
Dividendos adicionais propostos	16.3	-	42.168	-	-	(42.168)	-
Em 31 de dezembro de 2024		1.687.300	42.168	64.589	81.777	-	1.875.834
Dividendos adicionais aprovados		-	(42.168)	-	-	-	(42.168)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	181.834	181.834
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	(40.001)	(40.001)
Destinação do resultado do exercício							
Consituição de reservas		-	-	9.092	22.211	(31.303)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	(37.633)	(37.633)
Dividendos adicionais propostos	16.3	-	72.897	-	-	(72.897)	-
Em 31 de dezembro de 2025		1.687.300	72.897	73.681	103.988	-	1.937.866

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes imposto de renda e da contribuição social		243.034	189.021
Ajustes de:			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	8	(345.532)	(347.330)
Impacto RTP		-	46.206
Juros sobre debêntures	11	117.721	130.647
Amortização dos custos de transação	11	4.280	4.280
Rendimento sobre depósitos vinculados		(8.425)	(5.973)
Depreciação e amortização		85	87
Provisão e atualização de contingências		1.723	3.217
Provisão de crédito para liquidação duvidosa		4.431	7.835
Provisão de parcela variável por indisponibilidade		-	(4.955)
Pis e Cofins diferidos		(3.957)	(206)
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		(9.416)	8.665
Partes relacionadas		434	(775)
Tributos a recuperar		(1.220)	(4.213)
Ativo de contrato de concessão	8	356.271	320.358
Sobressalentes		(177)	(1.775)
Fornecedores		(17.393)	(10.590)
Tributos a recolher		(4.652)	(4.949)
Provisões	12	0	(2.570)
Encargos setoriais		(1.618)	1.500
Parcela de ajuste		-	153.459
Outros ativos e passivos		(537)	(1.074)
Caixa gerado nas operações		335.052	480.865
Impostos de renda e contribuição social pagos		(9.072)	(27.768)
Juros pagos sobre debêntures	11	(65.483)	(69.946)
Depósitos judiciais		869	78
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		261.366	383.229
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Baixa de imobilizado e intangível		40	179
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		40	179
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Depósitos vinculados		3.499	(3.188)
Conta Escrow		-	(162.638)
Amortização de principal de debêntures	11	(119.209)	(113.427)
Pagamento de dividendos		(111.358)	(144.056)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(227.068)	(423.309)
Aumento (redução) líquido no Caixa e equivalentes de caixa		34.338	(39.901)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		398.641	438.542
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		432.979	398.641
Aumento (redução) líquido no Caixa e equivalentes de caixa		34.338	(39.901)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		414.413	395.398
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17	345.532	347.330
Receita de operação e manutenção	17	33.289	29.933
Outras receitas		35.592	18.135
Insumos Adquiridos de Terceiros		(34.248)	(35.834)
Serviços de terceiros		(20.904)	(21.178)
Materiais, energia e outros		(13.344)	(14.656)
Valor adicionado bruto		380.165	359.564
Depreciação e amortização		(85)	(87)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		380.080	359.477
Valor adicionado líquido recebido em transferência		68.093	48.614
Receitas financeiras	19	68.093	48.614
Valor adicionado total a distribuir		448.173	408.091
Pessoal		22.623	23.954
Remuneração Direta		16.362	17.822
Benefícios		5.377	5.060
FGTS		884	1.072
Impostos, taxas e contribuições		115.847	99.938
Federais		115.747	99.742
Estaduais		54	127
Municipais		46	69
Remuneração de capital de terceiros		127.869	140.213
Encargos da dívida	19	122.001	134.927
Outros		5.868	5.286
Remuneração de capital próprio		181.834	143.986
Dividendos		77.634	74.593
Lucros retidos		104.200	69.393
Valor adicionado total distribuído		448.173	408.091

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("Norte Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, CNPJ nº 09.625.321/0001-56, de capital aberto, domiciliada no Brasil, com endereço no Rio de Janeiro/RJ, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara C2 (SP), nº 2, em Corrente Contínua, em 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Norte Brasil encontra-se em operação comercial desde 4 de novembro de 2014, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

1.1. Concessão

A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 016/2009 – ANEEL de 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da data de sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica caracterizadas no Anexo 6G-CC do Edital do Leilão 007/08-ANEEL.

O prazo de duração da Companhia é determinado, por ser limitado pela conclusão do seu objeto social, que se realizará após o fim da concessão outorgada à Companhia nos termos do Contrato de Concessão nº 016/2009-ANEEL ("Contrato de Concessão"), celebrado em 26 de fevereiro de 2009, entre a União e a Companhia, podendo tal concessão ser renovada nos termos do Contrato Concessão.

Em 15 de julho de 2025, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.481, homologou a nova Receita Anual Permitida – RAP para o ciclo 2025/26 de R\$ 402.358 (R\$ 382.034 para o ciclo 2024/25), com período de vigência de julho de 2025 a junho de 2026.

A linha de transmissão da Companhia foi disponibilizada para operação comercial em 25 de setembro de 2014. O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS oficializou a entrada em operação comercial em 4 de novembro de 2014. Em dezembro de 2017, a linha de transmissão da Companhia foi definitivamente conectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS *Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior.

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 20 de fevereiro de 2026.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia.

Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

2.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

▪ Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes.

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e depósitos vinculados.

Notas Explicativas**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados a valor justo e mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com estas características.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

c) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

2.3.2. Passivos financeiros**a) Classificação e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado.

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

b) Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado.

2.3.3. Compensação de saldos

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Ativo de contrato de concessão

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Norte Brasil regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Notas Explicativas**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como “Ativo de contrato de concessão”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A Companhia possui uma taxa interna de retorno utilizada para viabilidade do ativo de transmissão que varia entre 8,44% a.a. e 9,73% a.a., real antes dos impostos.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Benefício fiscal – Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

2.7. Novas normas e interpretações e vigentes

(a) Revisadas e vigentes:

- CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
- OCPC 10 (R3) – Créditos de carbono (tCO2e)

(b) Revisadas e não vigentes:

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras
- IFRS 19 – Subsidiária sem Responsabilidade Pública: Divulgação
- CPC 48 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumento Financeiro

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS S1 – Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade
- IFRS S2 – Divulgação de Informações Climáticas

A administração está avaliando os possíveis impactos referentes a aplicação do IFRS 18 (CPC 51), principalmente em relação as Demonstrações do Resultado do Exercício. Para as demais normativas, a administração da Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

3. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão relacionadas a seguir:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos (nota 14).
- Análise de risco de crédito.
- Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos fiscais, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota 12).

Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras:

3.1. Ativo de contrato de concessão

No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento.

O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes:

- **Ativo de contrato de concessão indenizável** – a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil.
- **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Remuneração do Ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.
- **Determinação das receitas de infraestrutura** – Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.
- **Receita de operação e manutenção** – Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Provisões para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.3. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- a. **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** – O modelo de perdas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- b. **Ativos não financeiros** – os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

3.5. Demonstração de fluxo de caixa (“DFC”)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM n°. 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em conta corrente	183	211
Aplicações financeiras (i)	432.796	398.430
	432.979	398.641

- (i) Referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados por uma taxa média de 99,79% do CDI (97,57% em 31 de dezembro de 2024), de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	67.956	58.540
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (i)	(22.141)	(17.710)
	45.815	40.830
Circulante	45.815	40.003
Não circulante	-	827

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	38.397	35.121
Vencidos até 360 dias	8.596	12.146
Vencidos mais de 360 dias	20.963	11.273
	67.956	58.540

- (i) A Companhia na condição de agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como improcedentes. Em virtude do desfecho desfavorável destas discussões a Companhia constituiu provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Evoltz Participações S.A (i)	-	-	6.401	5.928	(33.017)	(28.883)
Evoltz IV (ii)	20	27	-	-	54	57
Evoltz V (ii)	14	11	-	-	45	48
Evoltz VI (ii)	19	14	-	-	59	62
Evoltz VII (ii)	10	7	-	-	31	33
Evoltz VIII (ii)	6	5	-	-	20	21
Manaus Transmissora (ii)	132	98	-	-	409	428
	201	162	6.401	5.928	(32.399)	(28.234)

(i) O Grupo Evoltz mantém contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com partes relacionadas, aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 754/2022. Em 09 de dezembro de 2025, a ANEEL homologou o critério de rateio através do Despacho nº 3.644 com vigência de cinco anos.

(ii) Refere - se aos gastos cooperativos de projetos de P&D, no qual, a Norte Brasil é proponente, e as demais companhias são cooperadas.

As transações com partes relacionadas são decorrentes de operações normais da Companhia, não se constituindo como empréstimos ou transações não usuais. Sobre os saldos em aberto não há incidência de juros e atualização monetária.

b) Remuneração dos membros-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e conselheiros. A remuneração paga ou a pagar ao membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e honorários	3.789	3.335
Encargos Sociais	765	627
	4.554	3.962

7. Tributos

a) A recuperar

Circulante

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social (i)	5.080	4.048
Outros tributos a recuperar	-	13
	5.080	4.061

(i) Referem - se aos créditos tributários decorrentes das retenções na fonte praticadas por clientes e instituições financeiras, que serão convertidas em saldos negativos de imposto de renda e contribuição social, os quais são atualizados monetariamente e podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrada pela Receita Federal.

Não circulante

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social (ii)	2.829	2.628
	2.829	2.628

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) A Administração apresentou à Receita Federal do Brasil (RFB) pedidos de restituição dos créditos tributários decorrentes dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social do ano calendário 2015, e que estão pendentes de deferimento.

b) A recolher

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS diferencial a recolher	-	477
PIS e COFINS	3.462	3.146
Outros Impostos a recolher	311	260
	3.773	3.883

8. Ativo de contrato de concessão

Saldos apresentados no balanço patrimonial:

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	352.007	338.769
Não circulante	3.313.171	3.337.148
Total	3.665.178	3.675.917

Abaixo a movimentação do ativo de contrato de concessão:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	3.675.917	3.695.151
Remuneração do ativo de contrato de concessão	345.532	347.330
Amortização do ativo de contrato de concessão	(356.271)	(366.564)
Saldo Final	3.665.178	3.675.917

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão (Nota 1):

- **Receita Anual Permitida - RAP** - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- **Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- **Parcela variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Ativo de contrato de concessão indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.
- **Renovação ou rescisão** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.
- **Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

9. Depósitos vinculados

A Companhia possui contas reservas vinculadas as obrigações contratuais referentes a 1º emissão de debêntures, cuja remuneração está baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI (Nota 11). A conta reserva do serviço da dívida deverá manter saldo correspondente a próxima prestação a vencer de amortização do principal e juros. A Companhia deposita mensalmente o valor equivalente a um sexto da próxima prestação vincenda. Os recursos possuem destino específico e exclusivo para o serviço da dívida, conforme saldos demonstrados abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	24.528	24.514
Não circulante	47.072	42.161
	71.600	66.675

Notas Explicativas**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços (i)	27.906	45.296
Outros	1	3
	27.907	45.299
Circulante	27.907	24.922
Não circulante	-	20.377
	27.907	45.299

- (i) Refere-se principalmente ao passivo assumido em função de acordo judicial em outubro de 2019, no montante de R\$ 85,4 milhões (R\$ 45 milhões pagos em 2019), sendo o montante de R\$ 40 milhões remanescentes a serem pagos através de confissão de dívida para pagamento em três parcelas assim distribuídas: R\$ 10 milhões pagos em 31.10.2024 (montante atualizado de R\$ 13,4 milhões), R\$ 15 milhões em 30.10.2025 (montante atualizado de R\$ 21,1 milhões) e R\$ 15 milhões em 31.10.2026 (montante atualizado de R\$ 21,2 milhões) que por meio de transferência de direito creditórios será pago para Zonda Fundo de Investimentos corrigido pelo IPCA.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Debêntures

	Modalidade	Taxa anual de juros a.a	Vencimento	Moeda	Montante liberado	31/12/2025			31/12/2024		
						Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
1ª emissão	Debêntures	IPCA+7,15%	15/09/2026	R\$	200.000	66.392	-	66.392	66.970	62.323	129.293
2ª emissão	Debêntures	IPCA+5,07%	15/11/2030	R\$	1.000.000	87.076	1.045.552	1.132.628	57.826	1.078.871	1.136.697
Subtotal debêntures						153.468	1.045.552	1.199.020	124.796	1.141.194	1.265.990
Custo de transação						(485)	-	(485)	(648)	(485)	(1.133)
Custo de transação						(3.632)	(14.223)	(17.855)	(3.632)	(17.854)	(21.486)
Total de debêntures						149.351	1.031.329	1.180.680	120.516	1.122.855	1.243.371

Em 15 de setembro de 2013, a Companhia realizou a 1ª emissão de 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, em duas séries, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 200.000. A oferta restrita teve início no dia 21 de outubro de 2013 e foi encerrada no dia 24 de outubro de 2013 e o montante líquido recebido pela Companhia foi de R\$ 195.230.

Em 15 de novembro de 2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 1.000.000. Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu o montante líquido de R\$ 963.620. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada da totalidade do saldo devedor pela Companhia do empréstimo junto ao Banco BNDES e quitação antecipada na totalidade de Notas Promissórias, série única, ambos em 29 de dezembro de 2020.

Abaixo segue movimentação das Debêntures:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.243.371	1.291.817
Juros provisionados	117.721	130.647
Amortização de juros	(65.483)	(69.946)
Amortização de principal	(119.209)	(113.427)
Amortização do custo de transação	4.280	4.280
Saldo final	1.180.680	1.243.371

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As parcelas de longo prazo têm vencimento nos seguintes anos:

	2027	2028	2029	2030	Total
Debêntures	171.060	192.158	229.461	452.873	1.045.552

11.2. Garantias concedidas

Para ambas as emissões, as garantias são:

- Cessão fiduciária das ações ordinária nominativas da Companhia, e
- Direitos Creditórios provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica.

Porém para a 2º emissão de debentures, essas garantias são dadas sob condição suspensiva, ou seja, só passam ser dadas em garantia após a liquidação da 1º emissão.

11.3. Cláusulas restritivas ("covenants")

Os principais "covenants" da Companhia referentes às debêntures estão descritos abaixo:

- Redução do capital social da Emissora sem anuência dos Debenturistas;
- Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas;
- Relatório consolidado da memória de cálculo (com todas as rubricas) do ICSD (mínimo 1,30). Referido índice financeiro, são calculados a partir da (i) razão entre o EBITDA ajustado e o serviço da dívida, maior ou igual a 1,30 até a quitação integral das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão ou 1,20 após a quitação integral das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão;
- Protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado não ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a 1ª Emissão de debêntures e R\$ 30.000 para a 2ª Emissão de Debêntures;
- Alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, da Emissora, em benefício de qualquer terceiro;
- Vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira que esteja sujeita a Emissora que não sejam decorrentes desta emissão, em montante igual ou superior a R\$ 20.000 para a 1ª Emissão de debêntures e R\$ 30.000 para a 2ª Emissão de Debêntures, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do inadimplemento;
- Apresentar e divulgar em até 90 dias contados da data do encerramento de cada exercício social as demonstrações financeiras auditadas, acompanhadas do relatório da administração;
- Manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;
- Manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto, conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão;
- Não conceder mútuos ou financiamentos ou distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos, a seus acionistas, empresas controladoras ou coligadas, exceto no caso de estar apresentando o ICSD conforme obrigação prevista nas escrituras de debêntures.
- Não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Direitos Creditórios, com exceção da cessão fiduciária em garantia compartilhada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Para 1ª emissão de debêntures manter depositado nas Contas Reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Companhia, os valores correspondentes a próxima parcela vincenda de principal e juros;
- Manter sempre válidas e exigíveis as Garantias da Emissão
- Manter o relatório de risco atualizado anualmente até a data de vencimento, bem como divulgar (ou deixar que a agência de rating divulgue) os relatórios com as súmulas das classificações risco
- Não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros, os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem prévia anuência dos Debenturistas

Em 31 de dezembro de 2025, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes estão devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

12. Provisões

	31/12/2025	31/12/2024
Ambientais	3.200	3.200
Contingências	9.812	8.089
	13.012	11.289

Provisões ambientais

Referem-se à provisão de contratação de serviços para atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental. Entre os principais destacam-se programas de fauna, educação ambiental, comunicação social, diagnóstico socioambiental, gestão ambiental, reposição florestal, compensação ambiental, dentre outros.

Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza regulatória, trabalhista, ambiental, fundiária e fiscal decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Companhia consubstanciada na avaliação do departamento jurídico interno e na opinião de seus assessores jurídicos externos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Notas Explicativas**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Movimentação das provisões

	Ambientais	Contingências	Total
Em 31 de dezembro de 2023	4.889	5.753	10.642
Adição	-	2.812	2.812
Reversões	-	(1.165)	(1.165)
Atualizações	211	1.359	1.570
Pagamentos (i)	(1.900)	(670)	(2.570)
Em 31 de dezembro de 2024	3.200	8.089	11.289
Reversões	-	(280)	(280)
Atualizações	-	2.003	2.003
Em 31 de dezembro de 2025	3.200	9.812	13.012

(i) Referente principalmente a amortização da condicionante à Licença de operação ambiental nº 1.265 de acordo com cronograma de pagamento encerrado em 30 de julho de 2024 (vide nota 21 – Aspectos ambientais).

b) Passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	31/12/2025	31/12/2024
Regulatórios (i)	50.360	47.754
Ambientais (ii)	6.495	5.194
Fundiários (iii)	5.146	4.494
Tributários (iv)	4.106	3.596
Trabalhistas	-	323
	66.107	61.361

(i) Refere-se a Recurso Administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Companhia, com vistas à suspensão da aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI sobre as suas receitas, em decorrência de desligamentos provocados pela queda de torres de transmissão entre os dias 13 e 14 de outubro de 2020, ocasionado por eventos climáticos extraordinários, e, no mérito, o cancelamento da aplicação da PVI.

(ii) Refere-se a autos de infração, ainda na esfera administrativa, lavrados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, por danos ao meio ambientais e descumprimento de condicionantes de licenciamento ambiental.

(iii) Ações de indenização fundiária relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão.

(iv) Referem-se basicamente ao auto de infração exigindo o pagamento de débitos de ICMS – DIFAL referentes a saídas e entradas (respectivamente) de bens transferidos de outros estabelecimentos de sua própria titularidade do Estado de Goiás.

c) Garantias judiciais e fianças

A Companhia oferece garantias como ferramenta de condição legal para circunstâncias específicas. Isso não implica pagamento antecipado, nem reconhecimento da condenação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui garantias legais para contingências de direito regulatório e fundiário.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
PIS Diferido	55.280	55.986
COFINS Diferido	254.587	257.837
	309.867	313.823
Circulante	5.689	3.973
Não circulante	304.178	309.850

Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(360.119)	(327.896)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	44.675	60.038
	(315.444)	(267.858)

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	243.034	189.021
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(82.632)	(64.267)
Incentivos fiscais	22.211	20.026
Outras adições/(exclusões)	(779)	(794)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	(61.200)	(45.035)
Correntes	(13.614)	(26.737)
Diferidos	(47.586)	(18.298)
	(61.200)	(45.035)
Alíquota Efetiva	25%	24%

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31 de dezembro de 2025 de acordo com o seguinte cronograma futuro, com base no prejuízo fiscal e base negativa:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
IRPJ E CSLL diferidos	14.410	8.554	6.411	10.900	4.400	44.675

Notas Explicativas**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Parcela de ajuste

A Companhia pleiteia judicialmente indenização de 562 dias de Receita Anual Permitida (RAP) não recebidos no início da operação, sendo o montante total pleiteado de R\$ 541.970.

Embora a ação esteja sujeita a recurso, a ANEEL em cumprimento a uma decisão judicial do Tribunal Federal (TRF-1) incluiu um adicional de R\$ 270.985 no processo tarifário de 2022 da Companhia, que corresponde a 50% do montante da indenização, que foi pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de setembro/2022 a junho/2023, e os 50% remanescentes no ciclo 2023-2024 da RAP, sendo o montante total atualizado de R\$ 279.044 totalmente pagos em junho de 2024.

Os efeitos dessa decisão foram apurados pela Companhia considerando o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, dado que não foi homologado o trânsito em julgado da ação, o ativo (Receita) não deve ser reconhecido. Visando a adequação das normas contábeis, a Companhia registrou o ingresso do recurso como “Caixa e equivalentes de caixa”, tendo a sua contrapartida como “Parcela de ajuste”. Concluindo, apesar de corresponder a um acréscimo no ativo da Companhia, o ganho não é certo, permanecendo, assim, a obrigação de não registrar a receita até o trânsito em julgado da ação. A primeira parcela foi recebida em outubro de 2022 via P.A (“Parcela de ajuste”), no AVC referente a setembro de 2022, e assim tem se seguido desde então, mensalmente, finalizado em junho de 2024, totalizando nesta data base R\$ 588.626 (R\$ 565.264 em 31 de dezembro de 2024), líquido dos respectivos efeitos fiscais.

15.1. Conta Escrow

O Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”) firmado em 18 de dezembro 2017 entre o acionista da companhia, a Evoltz Participações (“Evoltz”) e a Abengoa Concessões (“Vendedora”) antigo acionista, que tem por objeto a aquisição, pela Evoltz, de participações acionárias de concessionárias de instalações para transmissão de energia elétrica, dentre elas a Norte Brasil (“companhia”) prevê a obrigação da companhia da transferência de quaisquer Ativos Supervenientes à Vendedora, conforme percentuais e montantes especificados nas cláusulas do referido contrato de compra e venda.

O mesmo contrato inclui dentro da definição de ativos supervenientes a ação judicial ajuizada pela Companhia contra a ANEEL que que pleiteia o ressarcimento de prejuízos decorrentes de atrasos na entrada em operação.

O referido Contrato ainda estabelece, ao tratar da definição de Ativos Supervenientes, que na medida em que um Ativo Superveniente seja objeto de um litígio, nenhum pagamento será feito à Vendedora a menos e até que uma decisão transitada em julgado seja proferida, outorgando esse Ativo Superveniente em questão de forma definitiva.

Uma vez notificada pela Norte Brasil das movimentações financeiras acima descritas, a Vendedora solicitou à Norte Brasil que passasse a depositar o montante líquido da RAP recebida, nos termos do Contrato que possivelmente caberá à Vendedora em conta garantia de movimentação restrita “Conta Escrow”.

Embora o Contrato não preveja tal obrigação de depósito de tais montantes em Conta Escrow, acordaram as Partes através do instrumento Memorando de Entendimentos celebrado em 2023, que tal medida se afigura a mais adequada para (a) garantir o recebimento pela Vendedora dos valores que eventualmente lhes caibam, e (b) prevenir a eventual geração involuntária de benefícios financeiros às Partes em desacordo com as regras sobre Ativos Superveniente do Contrato. Abaixo seguem os principais termos estabelecidos entre as partes:

- i. Depositar a parcela cabível à Vendedora dos valores já recebidos a título de Acréscimos na RAP, conforme memória de cálculos validada de comum acordo entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de suspensão ou pagamento parcial de tais valores, por motivos alheios à vontade da Norte Brasil, até que cesse tal suspensão e/ou seja sanado o inadimplemento.
- ii. Os valores depositados ficarão retidos na Conta Escrow enquanto perdurar a tramitação dos recursos interpostos até transitar em julgado ou houver aprovação de todas as partes para movimentação.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii. Caso qualquer dos recursos interpostos venha ser julgado improcedente, os montantes depositados deverão ser liberados em favor da Companhia, assim como os seus rendimentos ocorridos no período, tão logo haja provimento judicial para sua devolução.

Em razão das obrigações assumidas entre as partes no referido Instrumento, a companhia procedeu o depósito em Conta Escrow em 30 de janeiro de 2024 no montante de R\$ 112.689. Os depósitos correspondentes a contraparte, foram realizados mensalmente e encerrados em junho de 2024. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 186.000 (R\$ 162.638 em 31 de dezembro de 2024).

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social da Companhia é representado por 1.687.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação %
Evoltz Participações S.A.	860.523.002	51,0%
Marambaia Holding S.A. (i)	826.776.995	49,0%
12365359 Canada Inc	1	0,0%
12365341 Canada Inc	1	0,0%
12365367 Canada Inc	1	0,0%
	1.687.300.000	100,0%

(i) Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2024, foi aprovada a mudança na denominação social da Leovac Participações S.A. para Marambaia Holding S.A.

16.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício social, limitada a 20% do capital social, em atendimento à legislação societária brasileira em vigor.

b) Reserva de retenção de lucros

Constituída com base no lucro líquido remanescente após as destinações do resultado do exercício aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

c) Reserva de incentivo fiscal

Incentivo fiscal do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás, concedidos pela SUDAM. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada na demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

16.3. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição dos dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 42.167.

Em 27 de maio de 2025, foi realizado pagamento de dividendos no montante de R\$ 56.358. Adicionalmente, em 26 de novembro de 2025, foi realizado o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$ 40.001, com base nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	181.834	143.986
Reserva legal	(9.092)	(7.199)
Reserva de incentivo fiscal	(22.211)	(20.026)
Lucro base para determinação do dividendo	150.531	116.761
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	37.633	29.190
Dividendos intercalares pagos	40.001	45.403
Dividendos adicionais propostos	72.897	42.168

16.4. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Número de ações ordinárias em circulação no início do exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Número de ações ordinárias em circulação ao término do exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Lucro líquido do exercício	181.834	143.986
Número médio ponderado das ações ordinárias do exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Lucro básico e diluído por ação	0,108	0,085

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Consequentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

17. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta		
Remuneração de ativo de contrato de concessão	345.532	347.330
Receita de operação e manutenção	33.289	29.933
Outras receitas IFRS (i)	31.909	60.795
Impacto RTP (ii)	-	(46.206)
	410.730	391.852
Deduções da receita		
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS)	(35.273)	(37.567)
Encargos do setor	(16.481)	(17.042)
	(51.754)	(54.609)
Receita líquida	358.976	337.243

(i) Exceto pelo impacto da RTP no fluxo de ativo de contrato de concessão em julho de 2024, a rubrica refere-se basicamente a diferença entre a remuneração do ativo de contrato de concessão projetada e os valores efetivamente recebidos (AVC).

(ii) Refere-se ao impacto de revisão do fluxo em razão da Revisão Tarifária Periódica - RTP ocorrida em 2024.

	31/12/2025	31/12/2024
Operação e Manutenção - O&M		
- Receita	33.289	29.933
- Custos (a)	(27.925)	(23.666)
Margem (R\$)	5.364	6.267
Margem percebida (%)	16,11%	20,94%

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Para avaliação das margens de Operação e Manutenção percebidas, estão sendo considerados os custos recorrentes da operação da Companhia. Foram desconsiderados para a base do cálculo os custos não recorrentes de contingências, uma vez que não estão diretamente ligados a operação e manutenção dos ativos de contrato da Companhia.

18. Custos e Despesas operacionais

	Custos		Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(10.419)	(9.786)	(14.970)	(14.168)
Serviços de terceiros	(14.647)	(12.856)	(6.257)	(8.322)
Contingências	(692)	(115)	(993)	(2.891)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (i)	-	-	(6.621)	(7.976)
Recuperação de despesas (ii)	59	1.771	-	-
Outros custos e despesas	(2.918)	(2.795)	(2.410)	(3.031)
	(28.617)	(23.781)	(31.251)	(36.388)

(i) Refere-se aos impactos de provisão de inadimplentes, conforme nota 5.

(ii) Em dezembro de 2024 a Companhia recebeu o montante de R\$ 1,7 milhões de indenização da seguradora referente ao ressarcimento das perdas incorridas pelos incidentes de quedas de torres ocorrido em outubro de 2021.

19. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	59.201	42.423
Rendimento de depósitos vinculados	8.425	5.973
Outras receitas financeiras	467	218
	68.093	48.614
Despesas Financeiras:		
Juros sobre debêntures	(117.721)	(130.647)
Amortização do custo de transação	(4.280)	(4.280)
Outras despesas financeiras	(5.868)	(5.286)
	(127.869)	(140.213)
Resultado Financeiro	(59.776)	(91.599)

20. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

20.1. Gestão de riscos

As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por projeto, área e sociedade.

As normas internas de gestão proporcionam políticas escritas para a gestão de risco global, assim como para as áreas concretas como risco cambial, risco de crédito, risco de taxa de juros, risco de liquidez, emprego de instrumentos de cobertura e derivativos.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Riscos de mercado

É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Risco de taxa de juros** – Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre a despesa financeira associada as debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o perfil dos passivos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Debêntures

31/12/2025

1.199.020

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia atuando no segmento de transmissão é atualizada anualmente por índices de inflação- IPCA. Em caso de deflação, a concessionária terá suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

b) Riscos de crédito

É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. Neste sentido, as principais exposições ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Nota 4

Para controlar o risco de crédito do caixa e equivalentes de caixa, a Companhia possui critérios que estabelecem que as contrapartes devam ser sempre instituições financeiras de 1ª linha e dívida pública de alto nível de qualificação de crédito assim como política estabelecida de limites máximos a investir ou contratar com revisão periódica deles.

- **Contas a receber (concessão do serviço público)** – Nota 5

A Administração entende que há riscos mínimos de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso Sistema de Transmissão – CUST, celebrado entre a Companhia e o ONS, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia – CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

A RAP de uma Companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros.

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como debêntures, estão divulgados na Nota 11. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia tem debêntures que contêm cláusulas restritivas. O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia liquide tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxo de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2025, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas (nota 11).

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

	31/12/2025				
	Até 06 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	6.401	-	-	-	6.401
Fornecedores	27.907	-	-	-	27.907
Debêntures	106.446	106.234	1.361.021	-	1.573.701
	140.754	106.234	1.361.021	-	1.608.009

20.2. Gerenciamento do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de debêntures assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de debêntures menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

O índice de endividamento está apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida Bruta	1.199.020	1.265.990
Caixa e equivalentes de caixa	(432.979)	(398.641)
Depósitos vinculados	(71.600)	(66.675)
Dívida Líquida	694.441	800.674
Patrimônio Líquido	1.937.866	1.875.834
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	0,36	0,43

20.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros

A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício.

- Cenário I – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário II – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável.

A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2026 para o IPCA é de 4,05% conforme expectativa de mercado.

	Valor exposto 31/12/2025	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Debêntures - IPCA	1.199.020	48.560	60.700	72.840

Fonte: IPCA conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana agregada), em 09 de janeiro de 2026.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20.4. Instrumentos financeiros por categoria

Nota	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	3	432.979	-	398.641
Contas a receber	4	-	45.815	-
Depósitos vinculados	8	71.600	-	66.675
Partes relacionadas	5	-	201	-
		504.579	46.016	465.316
Passivos financeiros:				
Fornecedores	-	27.907	-	45.299
Debêntures	10	-	1.199.020	-
Partes relacionadas	5	-	6.401	-
		1.233.328	-	1.317.217

20.5. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados adotados no mercado (ou seja, inserções não observáveis).

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Ativos financeiros	Nível	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em conta corrente	2	183	211
Aplicações Financeiras	2	432.796	398.430
Depósitos vinculados	2	71.600	66.675

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Não houve transferências de nível no exercício. A Administração da Companhia entende que os valores justos de seus ativos financeiros se aproximam dos seus valores contábeis.

21. Aspectos ambientais

A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

A licença ambiental vigente expedida à Companhia até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

Empreendimento	Órgão ambiental	Tipo de licença	Data de emissão	Vencimento
LT Porto Velho - Araraquara 2	IBAMA	LO Nº 1265/14	27/10/2014	25/10/2020(*)

Notas Explicativas

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) A solicitação da renovação da licença de operação foi efetuada em 27/04/2020. Conforme a Lei 140/11, artigo 14, se a solicitação de renovação for realizada até 120 antes do vencimento fixado, a licença ficará automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente. A Companhia mantém suas obrigações vinculadas a LO de forma continua sendo reportado anualmente ao IBAMA por meio do relatório de atendimento as condicionantes.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Seguradora	Categoria - Ramo	Apólice/ Endosso	Vigência	Limite Indenizável
Chubb Seguros	Responsabilidade civil	16.51.0047395.28	Jan/26 a Jan/27	15.000
Swiss RE	D&O (i)	51101001594	Jul/25 a Jul/26	100.000

(i) Seguro contratado pela holding Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. em

31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo de Contrato de Concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.4 e nº 8 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre quando o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucro, e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção, operação e manutenção das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados ao recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, ao recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia e; (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas nas demonstrações financeiras como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado em 20 de fevereiro de 2025 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de

conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, bem como comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº PR 050422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480**

Declaramos, na qualidade de Diretores da NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Abelardo Bueno, nº199. Salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ - Brasil, CEP:22775-022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.625.321/0001-56 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2026.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM NO 480

Declaramos, na qualidade de Diretores da NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Abelardo Bueno, nº199. Salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ - Brasil, CEP:22775-022, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 09.625.321/0001-56 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários no 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2026.

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino
Diretor Presidente

Claudine Furtado Anchite
Diretora Financeira e de Relações com Investidores